

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Disciplinar de Sindicância nº. 01/2021

Interessada: Secretaria Municipal de Obras e Transportes


Servidor: Robson Rodrigues

EMENTA: DENÚNCIA SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E TRANSPORTES. PROCESSO DISCIPLINAR DE SINDICÂNCIA. INSUBORDINAÇÃO E DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO LEGAL. PROCESSO DISCIPLINAR DE SINDICÂNCIA. ART. 192, II DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 23/2015. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO FATO IMPUTADO. ABSOLVIÇÃO.

Relatório

Trata-se de Processo Disciplinar de Sindicância instaurado em decorrência de despacho proferido nos autos do Processo Administrativo Preliminar nº 34/2020, que determinou a instauração de Sindicância, para apuração de prática funcional prevista nos artigos 154, V e 155, XII, da Lei Complementar nº. 23/2015, em razão de não haver sido aceita a proposta de formalização de TAC - Termo de Ajustamento de Conduta (fls. 118/120).

Instaurada a Sindicância por meio da Portaria/CM/ 02, de 23 de fevereiro de 2021 e nomeada comissão sindicante, iniciaram-se os trabalhos de apuração dos fatos com o interrogatório do Sindicado, em 05 de março de 2021, que perguntado, manifestou-se afirmando não serem verdadeiras os fatos que lhe foram imputados pela sua chefia imediata à época dos fatos, que entende ter havido em seu desfavor perseguição política, tendo em vista que foi determinada a fruição compulsória de todo o seu saldo de férias disponível, incluídas as regulamentares e as prêmio.


Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL

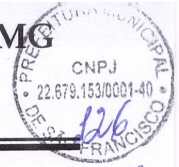


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG

CORREGEDORIA MUNICIPAL

CNPJ 22.679.153/0001-40

Rua Montes Claros nº 243 - Centro - CEP 39.300-000



O Sindicato requereu, por ocasião do interrogatório, juntada de print de mensagem trocada com o Secretário Municipal de Obras e Transportes, na qual o secretário cobra apoio político do servidor.

Apresentada a defesa escrita, o Sindicato afirma que foi vítima por parte do denunciante de perseguição política e assédio moral, tendo em vista que o tratamento para consigo passou a mudar em razão de haver colocado seu nome à apreciação como pré-candidato a prefeito, bem como que os autos do procedimento preliminar eivou-se por violação ao princípio do contraditório e ampla defesa.

Alega, ainda, que foi desrespeitada a determinação de suspensão dos prazos processuais imposta pela própria Corregedora Municipal nos autos desta Corregedoria, ao passo que deu prosseguimento no andamento do PAP nº. 34/2020, tornando patente o ato de perseguição, requerendo, ao final seja arquivado o presente feito, em razão do desvio de finalidade, com o único propósito de perseguir o Sr. Robson Rodrigues.

O Sindicato acostou à defesa decisão proferida nos autos pela MMª. Juíza da Primeira Vara da Comarca de São Francisco, em 29/09/2020, no Mandado de Segurança nº. 5001154-43.2020.8.13.13.0611, distribuído em 25/08/2020, na qual foi deferida liminar que determinada a suspensão do Processo Preliminar nº. 34/2020, bem como Boletim de Ocorrência lavrado em 05/08/2020, no qual relata que lhe foi enviado recado por Aldir da Silva Ramos, para que não adentrasse à sua sala de trabalho, que teve a fechadura trocada para impedir sua entrada, bem como foi promovida a retirada dos seus pertences. Afirma também no boletim que era vítima de assédio moral por parte de Aldir, que se intensificou após sua pré-candidatura para prefeito.

Acostou ainda ofício respondido por Shumacker Fraga Nascimento, Engenheiro Civil, em 07/05/2019, no qual afirma que o Sindicato, quando foi seu subordinado, cumpria com seus deveres com assiduidade, e boa relação interpessoal e atendimento ao público, sempre atendendo às solicitações que lhe eram feitas, atendendo com a melhor competência possível e nunca se abdicando de qualquer tarefa ou solicitação que lhe fosse feita.


Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



A suspensão de prazo dos autos municipais que alega o Sindicato em sua defesa, não consta qualquer apontamento nos autos preliminares, tendo sido instaurados e concluídos no curso do período em que foram suspensos os prazos processuais.

Os autos preliminares foram instruídos também com o Processo Administrativo nº. 698/2020, autuado em 15/05/2020, no qual o Sindicato solicitou a anulação da portaria nº. 361/2020, de 11/05/2020, que lhe concedeu férias compulsórias (fls. 87/94).

Instruídos os autos (fls. 47/72), foram juntadas tempestivamente as razões finais em 11/05/2021 (fls. 73/77) e editado o relatório final pela Comissão Sindicante (fls. 78/81).

Juntou-se aos autos a complementação do Processo Administrativo Preliminar nº. 34/2020, de fls. 04 a 41 (fls. 82/120).

É o relatório.

Fundamentação

A insubordinação imputada ao servidor municipal objeto destes autos consta da Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2015:

Art. 154. São deveres do servidor:

[...]

V - Cumprir fielmente as ordens superiores, salvo se manifestamente ilegais;

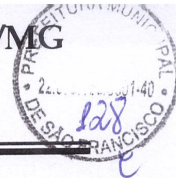
155. É proibido ao servidor:

[...]

XII - deixar de observar a lei, em prejuízo alheio ou da administração municipal;

A Portaria nº. 69/2020, atacada pelo Sindicato, quatro dias após sua publicação, que resultou nos atos imputados como insubordinação e descumprimento de preceito legal, foi fundamentada em parecer jurídico formalizado a legalidade do ato compulsório, nos termos do regulamenta o art. 7º, XVII, da Constituição Federal, bem como em decisão do STF em sede de repercussão geral, RE 721.001, sob a relatoria do Ministro Gilmar Mendes, que prevê a concessão das férias regulamentares,

Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



inclusive a despeito da vontade do servidor, para as hipóteses de acúmulo de períodos, que venham a prescrever, causando prejuízos ao servidor, priorizando o gozo sobre a conversão em pecúnia, sob o escopo de que eventual necessidade de serviço não poderá suplantiar o direito ao gozo das férias anuais.

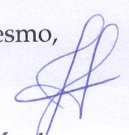
Ocorre, no entanto, que o caso em tela não abarca a concessão compulsória somente das férias regulamentares, que totalizaram 11 (onze) dias e 218 (duzentos e dezoito) dias referentes às férias-prêmio, cujo direito de fruição não sofre prescrição, razão pela qual não se poderia aquilatar-las no mesmo patamar das regulamentares, para efeitos da fundamentação expendida nos autos, que culminou no indeferimento do pedido de anulação da portaria pelo Sindicato.

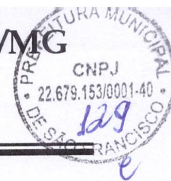
Analizando-se as considerações constantes da portaria que determinou a fruição compulsória de férias ao Sindicato, fulcra-se em âmbito municipal no Decreto nº. 5, de 17 de março de 2020 (acostado), que declarou situação de emergência no município, decorrente da COVID-19, sem especificar o período de vigência do decreto.

Analizando-se o que consta referente ao íterim em que foram concedidas compulsoriamente as férias e solicitada a anulação da portaria que as concedeu pelo Sindicato e a manifestação pelo Secretário Municipal de Obras e Transportes pela instauração de procedimento para apurar falta por insubordinação, transcorreram 14 (quatorze) dias, sendo que a portaria foi expedida dia 11/05/2020, o processo administrativa, foi autuado no dia 15/05/2020 e o pedido de apuração foi encaminhado no dia 25/05/2020, sem que ainda houvesse sido concluído o procedimento administrativo, visto que o parecer jurídico foi proferido somente no dia 15/06/2020, ao passo que o Processo Administrativo Preliminar foi autuado em 04/06/2020, sem que houvesse sido analisado o pedido formulado pelo servidor.

As oitivas das testemunhas tanto no processo preliminar, quanto nestes autos, demonstram que a conduta do Sindicato sempre foi irrepreensível, posto que sempre se colocava a disposição dos colegas e do público em geral para atendimento de todas as tarefas que lhe coubessem, sem quaisquer ressalvas.

A testemunha Ana Márcia Vieira Cabral afirmou que trabalha com o Sindicato e nunca presenciou qualquer ato de insubordinação por parte do mesmo,


Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



apenas que houve a sua discordância com a determinação para que fruisse todas as suas férias, bem como pela proibição de que adentrasse à própria sala de trabalho.

A testemunha afirma que as discordâncias do secretário com o Sindicante iniciaram após o servidor haver discordado com o recebimento de terreno para construção de um galpão pelo município, oportunidade em que orientou Shumacker a não concordar, o que contrariou o secretário, que passou a persegui-lo, colocando divisória em sua sala e mudando a fechadura da porta para impedir a entrada do servidor.

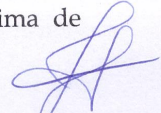
Afirma ainda a testemunha que acredita ter havido o agravamento da perseguição, por razões políticas, após o servidor lançar-se candidato a prefeito, porque antes era aliado político do ex-prefeito Veim.

A testemunha declarou que o secretário determinava a realização de "barbaridades" por meio de Rodrigo, que ocupava cargo em comissão à época, inclusive a proibição de atendimento a pleito de vereadores que fossem de oposição.

A testemunha afirmou que o secretário Aldir perseguia os servidores e portava-se de forma diferente na ausência das pessoas.

A testemunha Conceil Francisco Dias, em seu depoimento afirmou que foi comunicado no início da pandemia, juntamente com outros servidores, de que poderia ficar em casa, em razão da pandemia, mas que ao retornar, tomou conhecimento de que o afastamento de 15 (quinze) dias fora descontado de suas férias, não tendo havido a comunicação prévia de tal ocorrência. Quanto ao ocorrido com o Sindicato, afirmou saber por comentários na secretaria e achou absurdo e que teve conhecimento de ter havido o mesmo tratamento com outro servidor da secretaria. Complementou afirmando que as práticas do ex-secretário eram desnecessárias e poderiam ser evitadas.

A testemunha Maria Evanir Pereira Batista, afirmou que também lhe foram concedidos 30 (trinta) dias de férias regulamentares e 70 (setenta) dias de férias-prêmio e tomou conhecimento de haver ocorrido o mesmo com Conceil, Umbelino e Robson Rodrigues, que juntamente com Pelé teriam sido proibidos de adentrar ao local de trabalho pelo secretário. A testemunha afirma ainda que fora vítima de


Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL

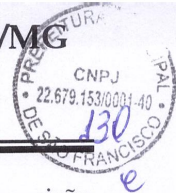


PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG

CORREGEDORIA MUNICIPAL

CNPJ 22.679.153/0001-40

Rua Montes Claros nº 243 - Centro - CEP 39.300-000



intolerância religiosa por parte do secretário Aldir e que nunca presenciou perseguição do secretário com outro servidor, além do Sindicato.

A testemunha afirmou que não questionou as férias, por medo de perseguição e que no tocante ao Sindicato, nunca presenciou qualquer ato de insubordinação de sua parte no setor de trabalho.

Ouvida a testemunha, Antônio Francisco da Silva, vulgo Pelé, declarou que foi obrigado a tirar os dias de férias, sem prévia comunicação, razão pela qual abriu processo administrativo e continuou trabalhando, mas que seu nome foi retirado do livro de ponto, tendo recebido por esses dias. Alegou nunca ter presenciado qualquer ato do Sindicato que prejudicasse o trabalho, mas que percebeu o tratamento diferenciado em relação a ele, em razão do afastamento e proibição de adentrar ao local de trabalho.

Afirmou a testemunha, ainda, que o tratamento diferenciado dispensado ao Sindicato se intensificou após tomarem conhecimento de sua pré-candidatura.

Observados os depoimentos das testemunhas inquiridas, são verificadas a brusca diferença no convívio e relacionamento interpessoal da Secretaria Municipal de Obras e Transportes após o início da gestão do secretário Aldir, bem como sobre o seu tratamento diferenciado em relação ao Sindicato.

Verificado o período de ocorrência dos fatos, entre maio e agosto de 2020, bem como pelas provas acostadas aos autos, coincidem com o momento em que se iniciaram as alianças políticas para a eleição municipal, sendo pública e notória a pré-candidatura do Sindicato a prefeito deste município, há indícios de retaliação por razões políticas.

A determinação da fruição das férias determinadas ao Sindicato, que propiciou toda a ocorrência que resultou na presente investigação, constitui-se um temível excesso, por resultar no afastamento do servidor de suas atividades, até o mês de janeiro do corrente ano, contra a sua vontade, sob o escopo de constituir-se ato de prevenção à disseminação da pandemia COVID-19, ao passo que, mesmo tendo havido a deliberação pela suspensão dos procedimentos administrativos, houve a


Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



instauração do Processo Preliminar nº. 34/2020, em 04/06/2020, com a coleta de declarações de testemunhas nos dias 22, 26 e 30/06/2020.

As testemunhas inquiridas, no entanto, foram uníssonas em afirmar que nunca presenciaram ato de insubordinação por parte do Sindicato (fls. 107/116).

Concluída a instrução processual e oportunizada a apresentação de razões finais (fls. 73/77), o Sindicato reafirmou o que consta da defesa prévia, requerendo, ao final o arquivamento destes autos, em razão do desvio de finalidade e perseguição política, ou, caso não seja o entendimento, havendo o entendimento pela prática de falta disciplinar, que seja absterido da aplicação de falta disciplinar, até que seja julgado o Mandado de Segurança em trâmite.

O relatório final da Comissão Sindicante, considerando o conjunto probatório, concluiu pela absolvição do Sindicato, por não haver sido comprovada a prática de falta funcional pelo Sindicato.

Conclusão

Considerando que o Sindicato, insatisfeito com o ato administrativo que lhe fora imposto, tomou as devidas providências, mediante instauração de pedido administrativo de revisão, que antes mesmo de ser decidido já havia sido instaurado o processo preliminar que resultou nesta sindicância, a negativa pelo atendimento não poderia ser considerada insubordinação, antes de decisão contrário ao seu pedido de anulação, proferida pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, o que não se comprovou, antes de instaurar apuração do ato imputado, não se vislumbra a prévia insubordinação.

Por todo o exposto, analisado o conjunto probatório, toda a documentação que instrui os autos e o relatório final, nos termos do art. 192 da Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2021, não é o caso para arquivamento do processo, mas acertadamente como constou da conclusão do relatório final.

Desta forma, não havendo comprovação da ocorrência de insubordinação, observa-se que não é o caso de atendimento ao pedido formulado pelo Sindicato, razão pela qual decido pela **ABSOLVIÇÃO**, nos termos do art. 192,


Joselita Vieira Mendes
CORREGEDORA MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG

CORREGEDORIA MUNICIPAL

CNPJ 22.679.153/0001-40

Rua Montes Claros nº 243 - Centro - CEP 39.300-000



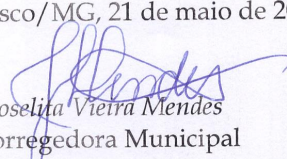
IV, da Lei Complementar nº. 23, de 17 de março de 2015, em razão de não haver sido comprovada a ocorrência da falta disciplinar imputada ao servidor **ROBSON RODRIGUES**.

PUBLIQUE-SE o resumo da presente decisão no mural, bem como, INTIMEM-SE o Sindicato, seu defensor e o Secretário Municipal de Obras e Transporte, com cópia integral da decisão.

Após, ao arquivo.

PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.

São Francisco/MG, 21 de maio de 2021.


Joselita Vieira Mendes
Corregedora Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG

CORREGEDORIA MUNICIPAL

CNPJ 22.679.153/0001-40

Rua Montes Claros nº 243 - Centro - CEP 39.300-000



EMENTA: DENÚNCIA SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E TRANSPORTES. PROCESSO DISCIPLINAR DE SINDICÂNCIA. INSUBORDINAÇÃO E DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO LEGAL. PROCESSO DISCIPLINAR DE SINDICÂNCIA. ART. 192, II DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 23/2015. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO FATO IMPUTADO. ABSOLVIÇÃO. Pedido de providências em razão de imputação de falta disciplinar por insubordinação, atentando ao que dispõem os artigos 154, V e 155, XII, da Lei Complementar nº. 23/2015. Instrução probatória documental e testemunhal demonstrando a insubsistência da falta apontada, com indícios de perseguição ao servidor Sindicado por razões políticas. Relatório e decisão final pela absolvição do servidor, nos termos do art. 192, II, da Lei Complementar nº. 23/2015. (Processo Disciplinar de Sindicância nº. 01/2021. Sindicado: Robson Rodrigues. Comissão Disciplinar: Camila Vieira Barbosa - Presidente, Maria de Fátima Lopes Ferreira e Danilo Pereira dos Santos. Data da decisão: 21/05/2021).

